

LEI Nº 1.783, DE 02 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude de Oeiras-PI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Oeiras, Estado do Piauí no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Oeiras aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art.1º - Fica criado o Conselho Municipal da Juventude como órgão consultivo de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e sociedade civil, responsável pela deliberação da Política Municipal da Juventude e controlador das ações na área da juventude.

Art.2°- O Conselho Municipal da Juventude têm por objetivo fomentar o desenvolvimento integral dos jovens, a fim de prepará-los para assumir plenamente suas responsabilidades e se incorporarem ao mercado de trabalho elaos processos sociais, como fator de mudança, dentro de princípios de justiça e liberdade.

Art.3°- O Conselho Municipal da Juventude rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes.

Il- Assessorar o Poder Executivo Municipal na determinação e avaliação das Políticas Públicas em relação à juventude;

 I_1^I - Promover e coordenar programas em favor da juventude em conjunto com as diversas dependências e organismos da Administração Pública, Autarquias e afins;

III - Realizar, sistematizar e difundir estudos sobre juventude e de seus interesses;

IV - estimular a criação de serviços que promovam o desenvolvimento dos jovens e estimulem sula participação nos processos sociais;

VI- propiciar a harmonia dos planos e a coordenação das ações que, em favor dos jovens, se realizem nos organismos públicos e privados, destinados a este fim;

VI - formular e propor as instituições correspondentes, planos e iniciativas tendentes a resolver os problemas dos jovens e realizá-los em suas áreas;

VII - orientar em favor de programas que fomentem o desenvolvimento da juventude e apoiar os que os próprios jovens realizam de acordo com os objetivos propostos.

Ar‡. 4°- Compete ao Conselho Municipal da Juventude.



- I formular a Política Municipal da Juventude fixando as prioridades para a concepção das ações, a captação e a aplicação de recursos;
- II zelar pela execução desta política, atendida as peculiaridades de cada grupo jovem;
- III formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município, em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida do jovem;
- IV acompanhar a elaboração e de execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da políticas municipais para os jovens;
- V zelar pela efețivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos dos jovens:
- VI propor a elaboração de estudos é pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida dos jovens;
- VII propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção ao uso de drogas especificamente o Crack;
- VIII acompanhar, mediante relatóriós de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal relacionados a juventude.
- IX avaliar anualmente o desenvolvimento da política Municipal de atendimento especializado ao jovem de acordo com a legislação em vigor, visando a sua plena adequação; X elaborar o seu regimento interno.
- Art.5°- O Conselho Municipal de Juventude será composto por 10 (dez) membros, e respectivos suplentes, constituído da seguinte forma.
- I-05 (cinco) membros representando o Poder Executivo Municipal, indicados pelos seguintes órgãos.
- a) Secretaria Municipal de Saúdé;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- e) Secretaria Municipal da Juventude;
- II 05 (cinco) membros indicados pelas seguintes organizações,
- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- b) Associação de Mulheres do Município de Oeiras;
- c) Fundação Dom Edilberto;
- d) Paróquia de Nossa Senhora da Vitória;
- e) Central dos Assentamentos.

§1º Somente podem participar deste Conselho as organizações não governamentais que estiverem devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, cujas atividades

Praça das Vitórias, 37 - Centro - CEP: 64500-000 - Fone: (89) 3462-2842 CNPJ: 06.553.937/0001-70

is que ridades



sejam voltadas ao auxílio ao jovem e que apresentem relatório de atividades do último ano.

- §2º Cada representação terá um suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.
- \$3° A eleição das entidades representantes de cada segmento, titulares e suplentes, dar-se-á mediante Assembléia das Entidades.
- Art.6°- O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Municipal da Juventude serão eleitos entre os membros do Conselho.
- Art. 7°- Os membros do Conselho Municipal da Juventude e seus respectivos suplentes terão mandatos de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.
- § 1º Os membros titulares e suplentes serão indicados pelos órgãos que representam e a nomeação dos membros será efetivada pelo Poder Executivo.
- § 2º O próprio Conselho Municipal da Juventude definirá mudanças e inclusão de novos membros do próprio Conselho, através de deliberações discutidas em reuniões, sempre seguindo o regimento interno e respeitando a paridade.
- Art.8°-O exercício das funções de membros do Conselho Municipal da Juventude será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.
- Art.9°- O Conselho Municipal da Juventude funcionará na Sala Espaço Cultura e Artes, localizado na Praça da Juventude Dr. Darcy Mendes de Carvalho.
- Art. 10- O quadro de pessoal auxiliar e de assessoramento técnico do Conselho será o mesmo da Coordenadoria Municipal da Juventude.
- Art. II A organização e estrutura do Conselho Municipal da Juventude e seu funcionamento, serão estabelecidos em regimento interno, elaborado pelo Conselho e aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.
- Art.12- O Conselho Municipal terá o prazo de 90 (noventa) dias para elaborar o seu Regimento Interno, que disporá sobre seu funcionamento e atribuições de sua estrutura.
- Art.13- O Presidente do Conselho Municipal da Juventude solicitará aos órgãos competentes a indicação dos novos membros, no prazo de 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos.

Strong of J

Praça das Vitórias, 37 - Centro - CEP: 64500-000 - Fone: (89) 3462-2842 CNPJ: 06.553.937/0001-70



Art. 14- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Oeiras, 02 de Julho de 2014.

LUKANO ARAÚJO COSTA DOS REIS SÁ

Frefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Řaimundo de Sá Lopes

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Mural da Prefeitura Municipal de Oeiras, aos dois de julho de dois mil e quatorze.

Raimundo ponato Carriono

Raimundo Nonato Cassiano

Chefe de Gabinete

dos loverus



Art. 1º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data do sua publicação.

Art. 3º -Ficam revogadas as disposições em contrário.

Onbinete da Profeitura Municipal da Oeiras-PI, 02 de Julho de 2014.

JOHON (OSIO) Luicano Araŝijo Gosta dos Reis Sá

U

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Raimundo de Sá Lopes
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Rahmundo Nonato Cassiano
Chafa de Gabineta



LEI Nº 1.783. DE 02 DE JULHO DE 2014.

Dispõe scipre a criação do Conselho Municipaj da Juventudo de Oetres-Fi e dá outras providências.

O Profetto Municipal de Octrus. Estado do Fisuá no uso de suas stribulções Jeguis.

Faço saber que a Câmara Municipal de Oelras aprovou e ou sanciono a seguinte Lel.

Art.1° - Pica criado o Conselho Municipal da Juveninde como órgão consultivo de caráter permanento o de composição paritária entre o governo e sociedade civil, responsável pela deliberação da Politica Municipal da Juvenindo e controlador das ações na área da juvenindo.

Art.2º- O Cânselho Municipal da juventado têm por objetivo fumentar o desenvolvimento integral dos jovens, a fim do prepara-los para assumir plenamente suas responsabilidades e so incorporareja no prereado de trabalho e sos processos sociais, como faior da mudança, depiro de principles de justiça e liberdade.

Art.5°- O Conseiho Municipal da Juventudo rego-se pelos seguintes principios e diretrizos. I -- Assessorár o Poder Executivo Municipal na determinação e svallação das Políticas Públicas

un relação á juventude;

dependências e organismos da administração Pública, Autorquies e afina;

III... Fealinas, sintematicas e difundir estudos sobre inventudo e de seus interesses.

IV - estimular a criação de serviços que promovam o desenvolvimento dos jovens e estimulam sua participação nos processos sociais;

Y - propiciár a harmonia dos pianos o a coordenação das ações que, em Inver dos joveria as realizam nos organismos públicos e privados, destinados a este firm;

 VI – formular o propor sa instituições correspondentes, planes o iniciativas tendentes a resolver os problemas dos jovens o realizá-ios em suas ávens;

VII - orientar em favor de programas que fomentem o desenvolvimento da juventude e apois os que os próprios jovens realizam de acordo com os objetivos proposios.

Art. 4º- Compete so Consellto Municipal da Juventude.

- 1 formalar a Política Municipal da Juvenindo finando as prioridades para a concepção da ações, a captação e a aplicação do recursos;
- II relar pela execução desta política, atendida as peculiaridades do cada grupo joveze,
- III svemmlar as prioridados a screm incluidas no pianejamento do municipio, em tudo o que so refere ou possa efetar as condições de vida do jovem;
- IV accumpanhar a elaboração e a execução da proposta ençamentária do Município, sugarêndo as modificações recessárias à consecução da políticas atunicipals para co-jovens,
 V zalar pela eletivação do sistema descentralizado e perticipativo de defesa dos direitos dos
- jovens, VI – propor a elaboração de estudos o pesquises que visem à methoria da qualidado de vida
- VII propur e inoculiyar e realização de campanhas que visam à prevenção ao uso de drogas expedificamente o Craci:
- YIII accompanhan, mediante raistirfos de gestilo, o desempenho dos programas e projetos da política municipal relacionados a juventuda.
- IX svaller anualmento o desenvolvimento da política Municipal de atendimento especialitado so jovem do acordo cum a legislação em vigor, visendo a sua plena adequação; X elabocar o seu regimento interna.
- Art.F. O Consello Municipal de Juventude será composto por 10 (des) membros, e respectivos suplentes constituido de excultos forma.
- I -- 06 (cinco) mambros representando o Poder Executivo Municipal, indicados pelos seguintes óreitos.
- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal do Assistência Social:
- c) Socretaria Municipal da Educação;
- Scoretagie Municipal de Esporte e Lazor;
- Secretaria Municipal da Juventudo;
- II 05 (circo) membros indicados pelas seguintes organizações.
- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurale,
- bi Associação de Malheres do Município de Octras:
- c) Fundação Dom Edilberto;
- a) Paròquia de Nossa Senhora da Vitoria;
- et Central dos Assistamentos.
- \$1º Somente podem participar deste Conselho as organizações não governamentais/que entiverem devidemente inscritas no Conselho Municipal de Aguitência Social, cujas atividados sejam voltadas ao auxilio ao jovem e que apresentem relatório de atividades do último ano.
- §2º Cada representação terá um suplente com pienos poderes para autoritui-lo provisceiamento em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso do vacância do tibularidade.
- 89º A cicidão das entidades representantes de cada segmento, titulares e auplentea dar-se-á medianto Assembléia das Entidades.
- Art.8°... O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Municipal da Juventudo ento eletico entre os membros do Conselho.
- Art. '7-. Os membros do Conselho Municipal da Juventudo e seus respectivos asplentes terão mandatos do 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.
- § 1º Os membros titulares e supientes serão indicados pelos órgãos que representam e a nomeação dos membros será efetivada pelo Poder Executivo.
- § 2º O préprio Conselho Municipal da javentudo definirá mudanças e inclusão do novos resmiros do próprio Conselho, stravês da deliberações discusidas em reunitos, sempre expuindo o regimento interno e respellando a paridade.
- Art.8°- O exercicio das funções do membros do Conselho Municipal da Juventudo será gratullo por se traiar de ecreiço de relevante interesse público.
- Art.9°... O Conseiho Municipal da juventude funcionarà na Sala Espaço Cultura e Artea. localizado na Fraça da juventudo Dr. Darcy Mendes de Carvalho.
- Art. 10- O quadro de pessoal auxiliar o do assessoramento técnico do Conselho será o messo da Coordenadoria Municipal da Juventuda.
- Art.11- A organização e estrutura do Conseiho Municipal da Juventude e seu funcionamento, serão estabelecidos em regimento interno, ciaborado pelo Conseiho e aprovado por ato do Chefe do Poder Essoutivo.
- Art.12- O Conselho Municipal terá o prazo do 90 (novemia) dias para claborar o seu Regimento Interno, que disporá sobre seu funcicajamento e atribuições do sua estrutura.
- Art. 13-. O Presidente do Conselho Municipal da Juventuda solicitarà aos érgãos competend Indicação dos novos membros, no peazo de 30 (trinta) dias antes do stemino dos mandatos.

(Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais R

A





Art. 14.- Esta Lei cuira em vigor na data do sua publicação, strogadas as disposições em conteleto.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Oeiras. 02 de Julho de 2014.

JOUGH LUXANO ARAUJO OSTA DOS KEIS SÁ

Prefeith Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Raimundo da Sá Lopes oretário Municipal de Administração e Finanças

vonala camano Reimundo Noneto Castisno Chefe de Gabinete

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMETRAIS
Gabinete do Prefeito
Rus Venêncio Borgos, 710 – Centro
CNPJ - 06.554.651/0001-62
Palmetrais – Plauí

PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2014
OBJETO: Conção de um imóvel para fundónamento da Sede da Milioteco Municipal da Secretaria da Cultura de Palmetrats-PI.

ASSUNTO: TERMO DE RATIFICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

O procedimento de dispensa de licitação de que trata esta processo, objetivou a Locação de um imével pera funcionamento de Sede da Biblioteca Municipal da Secretaria de Cultura da Falmeirala-Pl. Foi em toda a sua translução atendida à legislação partimente, comocante o Parecer da Comissão Permanente da Licitação e da Assessoria Juridica deste Municipio.

Deste modo, asthasumdo à lei e ao marino, <u>RATIFICO</u> o referido procedimento, nos termos do garecar da CPL e Assessoria Jurídica deste Município para a Locação do imóvel com a seguinte descriçõe: Casa com terreno medindo 25m de franta, por 25m de fundo, atrea de 625metros quadrados, atruade Av. Belém Bacuri, nº 943, Série Leste, Cidade Palmeirai-Pi, Carta de aforamento de 30/05/69, Registro de imóvel R-1-198, FLS.46, livro-2-B, no valor de R\$ 500,00 (quinhento) reals) mensals, perfazendo um total de R\$ 6.000,00 (seis mil reals), conforme documentos que instruem esto processo.

Publique-se.

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento Administrativo nº 011/2014
Dispensa de Licitação nº 003 /2014
Dispensa de Licitação nº 003 /2014

OBJETO: Locação de um Imével para funcionamento da Sede da Biblioteca Municipal da Secretaria de Cultura de Palmetrais-PI.

LOCATARIO: Prefettura Municipal de Palmetrais-PI.

LOCATARIO: Sr. Walter José Nunes de Almeida, portador do nº RG: 749.083 SEP/PIR e Inacrito no CPR nº 200 RT 243.01

CPF nº 760 677 433-91. VALOR: R\$ 500,00 (quinhentes reals) me ais, perfazendo um total de R\$ 6,000,00 (seis mil

rundamento legal: Arl 24, X da Lei 8.666/93

PONTE DE RECURSOS: Organismo Geral do Município de Palmeirais-Pl.

PRAZO DE VIGENCIA GLOBAL: 12 meses.
DATA DE ASSINATURA: 20/05/2014.

Prefelto Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DOS COCAIS - CITCOCAIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO M. 001/2014

Contralecte: Constiruio Intermedicinal de Deservolo un de Tambibbedes Careta - CTCOCAS

Contratado: Aliconte Encenharia LTDA - CHPJ nº 62.250.700/0001-00

Modalidade: Tomado de Preços

Objeto: Exceução de Otare de implemenção de extrada victual com revestimento primário com tracho de 8,1 km de extensão nos P.E' Santa Cruz IVI, do municipio de Morro do Chapelu do Pinul-P1.

Valor total: RS 696.295,15 (selscantes e novema e seis mil, da

CHANCISCO JOSÉ CARDOSO DA ROCIA



ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO PIAUI Pca. Coronel José Borges, sin, centro, Ribeira do Piaul-Pt - CEP: 64,725-000 CNPJ: 02.901.459/0001-91

ADITIVO AO CONTRATO Nº, 001/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO, com fuicro no Art. 58 i da Lei 8.666/93, AO CONTRATO CELEBRADO EM 03.01.2013, PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2013, com fundamento no Art. 25, I, § 1º c/c Art. 13, V de Lei 9.666/93. FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO PIAUÍ, NAQUELE ATO CONTRATANTE, com o Advogado EDNALDO DE ALMEIDA DAMASCENO, inscrito nos Quadros da OAB/PI sob o nº, 6902; denominado Contratado, em conformidade com as Cláusulas Contratuais abaixo estabelecidas.

Por este instrumento particular denominado 2º Termo Aditivo ao Contrato Celebrado em 03/01/2013, a Câmara Municipal de Ribaira do Piauí, pessoa Jurídica de Direito Público, nomeada CONTRATANTE, representada pelo Presidente Sr. Ronivaldo Campelo do Nascimento, brasileiro, casado, do outro lado, EDNALDO DE ALMEIDA DAMASCENO, inscrito nos Quadro da OAB/Pi sob o nº. 6902, com endereço profissional na Rua Raimundo Silva, 348, 1º andar, centro, São Raimundo Nonato-Pi, denominado CONTRATADO, RESOLVEM, em comum acordo, sob forma da necessidade da continuidade da prestação dos servicos especializados em Assessoria Juridica, alterar a CLÁUSULA XIII, do referido contrato em destaque, na forma a seguir exposta.

CLAUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o valor do referido contrato de acordo com a ciáusula XIII para o valor de R\$ 2060, 00 (dois mil e sessenta reals), mensal a partir

CLÁUSULA SEGUNDA - MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Todas as outras cláusulas objeto do contrato processo administrativo, de inexigibilidade, ficam mantidas como o original.

Estando, assim acordado deste Termo Aditivo, obrigam-se as partes a cumpri-lo, assinando-o na presença de duas testemunhas, também signatárias.

Ribeira do Plauí-PL 02 de maio de 2014.

Bummer RONIVALOO CAMPELO DO NASCIMENTO EDNALDE PARMETUR DAMASCESNO (Advogado Especialista CONTRATADO) (Presidente da Câmara Municipal)

TESTEMUNHAS:

NOME Projected of Monate Tolk de Socia CPF: 850 500 273-20

NOME Ana Tricia Purira da silva CPF: 003, 979, 933-88

www. diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais